

HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS  
Rua Luís Vaz de Camões, nº 111 - Bairro Vila Celina  
São Carlos-SP, CEP 13566-448  
- <http://hu-ufscar.ebserh.gov.br>

Termo de Referência - SEI

Processo nº 23763.002542/2025-57

**1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. O objeto desse Termo de Referência trata-se da contratação de empresa especializada para prestar serviços continuados de **manutenção preventiva e corretiva**, com fornecimento de peças, equipamentos, produtos químicos necessários para a realização dos procedimentos de desinfecção e regeneração química; e mão de obra, do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise (STDAH) para atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (HU-UFSCar).

**2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

**2.1. Fundamentação legal e normativa:**

- 2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXIII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta;
- 2.1.2. [Lei nº 6.360](#), 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;
- 2.1.3. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;
- 2.1.4. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REIDI;
- 2.1.5. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;
- 2.1.6. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências;
- 2.1.7. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;
- 2.1.8. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;
- 2.1.9. [Lei nº 14.133](#), de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;
- 2.1.10. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- 2.1.11. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISAP;
- 2.1.12. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;
- 2.1.13. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;
- 2.1.14. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;
- 2.1.15. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf, no âmbito do Poder Executivo Federal;
- 2.1.16. Norma Operacional - SEI nº 3/2024/SCCEN/CAD/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 40700077) - Dispõe sobre a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Rede Ebserh;
- 2.1.17. Norma Operacional - SEI nº 7/2023/SL/CAD/DAI-EBSERH
- 2.1.18. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0;
- 2.1.19. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);
- 2.1.20. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);
- 2.1.21. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);
- 2.1.22. Guia Nacional de Contratações Sustentáveis - 7ª Edição - Publicação de Outubro/2024
- 2.1.23. Nota Técnica - SEI Nº 15/2022/SGE/CGS/DAI-EBSERH (Documento SEI nº 23110063) - Gestão de Almoxarifado: Recebimento de Materiais de Consumo.
- 2.1.24. A análise da qualidade da água utilizada no procedimento de hemodiálise é uma **exigência legal e obrigatória** estabelecida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), por meio da RDC nº 11, DE 13 DE MARÇO DE 2014 (SEI nº 49426157), RDC nº 919, DE 19 DE SETEMBRO DE 2024 (SEI54407223) e a PORTARIA nº 1675, DE 07 DE JUNHO DE 2018(SEI54407314).

**2.2. Justificativa da contratação:**

2.2.1. A criação do Serviço de Nefrologia no HU-UFSCar foi formalmente prevista no Estudo de Redimensionamento Assistencial elaborado em 2022, estando alinhada a objetivos estratégicos institucionais de alta relevância, tais como: reduzir a necessidade de deslocamento de pacientes residentes em São Carlos para outras cidades a fim de realizar sessões de hemodiálise; assegurar cuidado integral e de elevada qualidade, com foco na segurança do paciente renal crônico; consolidar o HU-UFSCar como referência regional em Nefrologia, fortalecendo a resolutividade da Rede de Atenção à Saúde (RAS); e, por fim, promover o acesso equitativo e humanizado a uma população de alta vulnerabilidade, por meio de suporte multiprofissional em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS).

2.2.2. Com a implantação iminente do Serviço de Nefrologia, destaca-se a necessidade de observância aos requisitos legais e técnicos

estabelecidos pelos órgãos reguladores quanto à qualidade da água utilizada nos procedimentos de hemodiálise, componente crítico para a segurança do paciente.

2.2.3. A Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 11, de 13 de março de 2014 (SEI nº 49426157), dispõe sobre os requisitos de boas práticas de funcionamento dos serviços de diálise, determinando que o Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise (STDAH) deve ser objeto de manutenção preventiva e corretiva regular, com monitoramento contínuo de parâmetros físico-químicos e microbiológicos e registro documental sistemático de todas as intervenções realizadas.

2.2.4. De forma complementar, a RDC nº 919, de 19 de setembro de 2024 (SEI nº 54407223), atualizou e reforçou as disposições técnicas e de segurança referentes à infraestrutura, rastreabilidade e controle de qualidade da água tratada para diálise, estabelecendo critérios mais rigorosos para controle de endotoxinas e contaminantes, além de prever a necessidade de empresas e **profissionais tecnicamente habilitados para a execução dos serviços de manutenção dos sistemas**.

2.2.5. Por sua vez, a Portaria nº 1.675, de 07 de junho de 2018 (SEI nº 54407314), instituiu diretrizes nacionais para a organização da atenção às pessoas com doença renal crônica no âmbito do SUS, reforçando a obrigatoriedade de garantir condições seguras, humanizadas e de qualidade em todas as etapas do tratamento dialítico, incluindo a infraestrutura de suporte técnico-operacional.

2.2.6. Diante desse arcabouço normativo, evidencia-se que a manutenção preventiva e corretiva do STDAH é condição indispensável para o início e a continuidade segura das atividades do Serviço de Nefrologia, assegurando a conformidade com as normas sanitárias e evitando riscos graves de morbidade e mortalidade associados a eventuais falhas no sistema. Assim, mostra-se imprescindível a contratação de empresa especializada, apta a garantir a plena operação, rastreabilidade e controle de qualidade da água utilizada nos procedimentos de hemodiálise, conforme preconizado pela legislação vigente e pelas boas práticas assistenciais.

3. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

3.1. Os quantitativos e respectivos códigos dos itens são os discriminados na tabela abaixo:

Item	Catser	Descrição do Objeto	Unidade de Medida	Quantidade
1	22837	Contratação de empresa especializada para prestar serviços continuados de <b>manutenção preventiva e corretiva</b> , com fornecimento de peças, equipamentos, produtos químicos necessários para a realização dos procedimentos de desinfecção e regeneração química; e mão de obra, do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise (STDAH) para atender as necessidades do Hospital Universitário da Universidade Federal de São Carlos (HU-UFSCar)	Mensal	12

3.2. **Memória de Cálculo**

3.2.1. A memória de cálculo encontra-se discriminada no Título de Levantamento de Mercado no Estudo Técnicos Preliminares.

3.3. **Parcelamento do Objeto**

3.3.1. Como se trata de um único item, não há que se falar em parcelamento da solução. De toda forma, pela especificidade e similaridade do serviço, entende-se que não haveria como fragmentar o objeto contratual, sob pena de prejuízo dos serviços.

3.4. **Classificação do Objeto Como Comum**

3.4.1. Trata-se de serviço comum de engenharia de caráter continuado **sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva**, nos termos do art. 6º, inciso XXI, alínea a, da Lei n.º 14.133/2021, por possuir padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado sendo contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.4.2. Para a natureza do serviço a ser prestado não se aplica o uso da tabela SINAPI.

3.4.3. A Contratada se responsabilizará por todas as despesas diretas e indiretas advindas do cumprimento das obrigações assumidas relativamente ao pessoal utilizado, os quais não terão qualquer vínculo empregatício com a Contratante.

3.4.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.5. **Participação de ME/EPP**

3.5.1. Não se exigirá a obrigatoriedade de subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte, tendo em vista que se entende que não seria vantajoso para Administração Pública devido a complexidade do objeto que envolve os parâmetros físico-químicos e microbiológicos acerca da manutenção do sistema de tratamento d' água que pode resultar risco à vida de pacientes.

3.6. **Execução Indireta**

3.6.1. O Decreto n. 9507/18, nos termos de seu artigo 1º, cuidou especificamente da "execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União".

3.6.2. Em observância ao PARECER N.º 9/2019/SJAA/CONJUR/PRES-EBSERH, declara-se que as atividades executadas indiretamente são passíveis de terceirização.

3.6.3. A contratação indireta para ocupar um posto de trabalho para o qual não existe no plano de cargo e carreira da Ebserh, pode ser justificada por várias razões:

3.6.3.1. **Economicidade:** Ao transferir atividades para empresas especializadas, a organização pode se beneficiar de economias de escala, reduzindo custos operacionais, despesas com pessoal, treinamento e infraestrutura

3.6.3.2. **Aumento da Eficiência e produtividade:** Empresas especializadas em terceirização muitas vezes têm processos otimizados recursos dedicados para realizar determinadas tarefas de forma mais eficiente e produtiva do que uma organização interna

3.6.3.3. **Flexibilidade e Agilidade:** Terceirizar permite à organização adaptar-se rapidamente a mudanças nas demandas do mercado ou nas necessidades operacionais

3.6.3.4. **Importante enfatizar que a contratação deste tipo de mão de obra se faz necessário já que a Ebserh não contempla cargos no seu plano de carreira.**

3.7. **Vistoria para a Licitação**

3.7.1. Os licitantes poderão realizar vistoria no local da prestação dos serviços, acompanhados por servidor designado, em data e horário acordados previamente, de segunda à sexta-feira, das 8h00min às 11h30min e 13h30min às 16h00min, devendo o agendamento ser efetuado, previamente, pelo telefone (16) 3509-2491 com a Divisão de Logística e Infraestrutura Hospitalar.

3.7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

3.7.3. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

3.7.4. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a CONTRATADA assumir os ônus dos serviços decorrentes.

3.7.5. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da dispensa de licitação.

3.7.6. Os modelos de declaração de realização de vistoria ou declaração de opção de dispensa de vistoria estão demonstrados no Anexo II e III Declarações Vistoria (SEI nº 52043147).

### 3.8. **Materiais a serem Disponibilizados**

3.8.1. Todos os materiais e equipamentos a serem empregados pela CONTRATADA na realização dos serviços deverão satisfazer às especificações da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e, ainda, serem de qualidade, modelo, marca e tipo aprovados pela CONTRATANTE.

3.8.2. Em casos especiais, tratando-se de material e equipamento para o qual ainda não haja especificações aprovadas pela ABNT, ou outra entidade competente, deverão ser utilizadas normativas de outras entidades credenciadas pelo Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro).

3.8.3. Em relação à inspeção, todos os materiais estarão sujeitos a amostragem, testes de medidas, visuais e/ou outros e aprovação. A amostra será fornecida pela CONTRATADA e deverá ser representativa do material a ser usado.

3.8.4. O material ou equipamento que, por qualquer motivo, for recusado pela Fiscalização, deverá ser retirado e substituído pela CONTRATADA sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE.

3.8.5. A CONTRATADA tomará todas as providências para o perfeito armazenamento e acondicionamento dos materiais, a fim de preservar a sua natureza, evitando a mistura com elementos estranhos.

3.8.6. Em situações excepcionais, o HU-UFSCar poderá fornecer os materiais a serem utilizados nos serviços. Em tais casos, o HU-UFSCar ficará responsável pela qualidade dos materiais a serem fornecidos.

### 3.9. **Projeto Executivo**

3.9.1. Em razão de a especificação do objeto da contratação estar suficientemente detalhada neste termo de referência, torna-se dispensável a elaboração de projeto executivo.

## 4. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Este tópico encontra-se disciplinado no Estudo Técnico Preliminar, ao qual se encontra pormenorizado com todos os requisitos que a solução deve atender.

## 5. **REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO**

5.1. Quanto ao regime de execução, em conformidade com o art. 8º, inciso II, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0), será adotada a contratação por preço global, pois é possível definir previamente as quantidades exatas dos serviços a serem executados, de forma que o pagamento será feito por valor fixo mensal, após o termo de recebimento provisório e definitivo dos serviços.

5.2. O objeto a ser contratado, trata-se de serviço comum de engenharia de natureza continuada, ao qual **o pagamento será fixo mensalmente, independente da quantidade de manutenções a serem realizadas**. Além do mais, os parâmetros técnicos são plenamente conhecidos com rotinas e quantidades de manutenção previamente estabelecidas. As atividades a serem executadas foram definidas com precisão e abrangem procedimentos padronizados que não sofrem variação significativa de quantidades ao longo da vigência contratual, o que permite a estimativa clara dos custos. Nesse contexto, a adoção do regime de execução por Preço Global revela-se a mais adequada, pois assegura maior previsibilidade orçamentária, facilita o planejamento financeiro da Administração e promove a adequada alocação de riscos, já que transfere ao contratado a responsabilidade pela execução integral dos serviços especificados pelo valor fixo contratado.

## 6. **NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

6.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por interesse das partes até 5 (cinco) anos, a teor do que disciplina o art 71, caput, da Lei nº 13.303/2016 e art. 147, caput, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

6.2. Os contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) somente poderão ser prorrogados por acordo entre as partes, vedando-se ajuste que resulte em violação da obrigação de licitar por força do art. 150 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

## 7. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO E DE GESTÃO DO CONTRATO**

### 7.1. **Modelo de Execução**

7.1.1. O SISTEMA DE TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA PARA HEMODIÁLISE (STDAH) é descrito conforme ANEXO I - Memorial Descritivo STDAH (SEI nº 53366814).

7.1.2. Prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise (STDAH) do Serviço de Nefrologia do HU-UFSCar, com:

7.1.2.1. O serviço de **manutenção, limpeza e desinfecção química** do STDAH, deve ser obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda, através de técnicos qualificados, de acordo com o estabelecido no Memorial Descritivo STDAH (SEI nº 53366814), na Resolução RDC nº 11, de 13 de março de 2014 e suas atualizações e demais normas e regulamentos vigentes;

7.1.2.2. A realização de visitas deve ser obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda, conforme o plano de manutenção periódica dos equipamentos, para inspeção, manutenção, limpeza e desinfecção química do sistema de tratamento de água para hemodiálise. As visitas destinadas à execução de serviços de **limpeza química e desinfecção** deverão ocorrer **aos finais de semana ou fora do horário comercial**, de modo a não interferir na rotina do serviço. As visitas de **manutenção preventiva ou corretiva** que **não envolvam limpeza química e desinfecção** poderão ser realizadas **em horário comercial**, exceto em situações de **caráter emergencial**;

7.1.2.3. Disponibilização de assistência 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana, incluindo domingo e feriados, para chamadas de emergência que poderão ser convertidas em serviço de manutenção corretiva de emergência. Para o acionamento da manutenção corretiva de emergência devem ser disponibilizados de meio de comunicação durante toda a vigência do contrato;

7.1.2.4. A manutenção deve ser obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda conforme plano de manutenção periódica dos equipamentos, preventiva e corretiva do sistema de pré-tratamento e pós-tratamento, das osmose reversas e do reservatório de água tratada para hemodiálise;

7.1.2.5. A manutenção deve ser obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda conforme plano de manutenção periódica dos equipamentos, preventiva e corretiva da rede hidráulica, contemplando todo o sistema de tratamento de água para hemodiálise desde a entrada do pré-tratamento até as saídas de distribuição pelos loopings;

7.1.2.6. Os serviços de manutenção preventiva e corretiva incluem a operação e o monitoramento do sistema de pré-tratamento e pós-tratamento da osmose reversa, bem como do reservatório de água tratada (tanque pulmão), a serem realizados diariamente e/ou sempre que necessário.

7.1.2.7. Compreendem ainda o monitoramento diário das condições da água, com fornecimento dos kits de análise, insumos e reagentes necessários, bem como a realização das análises exigidas, com registro em Planilha de Monitoramento Diário, na qual deverão constar, no mínimo, as seguintes informações: leitura de pressão dos manômetros; temperatura; umidade do ambiente; pH; sabor e odor; dureza; cloro residual livre; condutividade; ferro; leitura de vazão de produto e rejeito, conforme disposto na RDC nº 11/2014;

7.1.2.8. Os serviços incluem também a inspeção física do sistema, a verificação das condições de segurança e do funcionamento elétrico e mecânico, a programação e o ajuste dos filtros, a limpeza e lubrificação de peças móveis (motores elétricos, válvulas, juntas, guarnições e êmbolos), a verificação e correção de vazamentos hidráulicos, o ajuste e a conservação dos filtros multimeios, do abrandador e dos filtros de carvão ativado, bem como a limpeza e a desinfecção química do sistema de pré-tratamento, pós-tratamento, das osmose reversas e do reservatório de água tratada para hemodiálise.

7.1.2.9. Observação: Caso a empresa contratada não disponha de colaborador para a execução diária do monitoramento, este procedimento poderá ser realizado pela contratante, desde que a contratada forneça integralmente os produtos, insumos, equipamentos, kits de análise e treinamento técnico necessários, garantindo a conformidade com as normas vigentes e a rastreabilidade dos registros.

7.1.2.10. Deve ser realizada obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda conforme plano de manutenção periódica dos equipamentos, de procedimento de limpeza e desinfecção química do pré-tratamento e dos equipamentos de osmose reversa;

7.1.2.11. Deve ser realizada obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda conforme plano de manutenção periódica dos equipamentos, de procedimento de limpeza e desinfecção química do reservatório de água tratada para hemodiálise;

7.1.2.12. Deve ser realizada obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda conforme plano de manutenção periódica dos equipamentos, de procedimento de limpeza e desinfecção da rede de distribuição de água para hemodiálise incluindo torneiras e demais saídas de água;

7.1.2.13. Deve ser realizada obrigatoriamente com periodicidade mensal e por demanda conforme plano de manutenção periódica dos equipamentos, de procedimento de lavagem química da osmose reversa para desincrustação da osmose reversa;

7.1.2.14. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, da areia de zeólita do filtro para retenção de sólidos suspensos multimeios;

7.1.2.15. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, da resina catiônica do filtro abrandador;

7.1.2.16. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, dos elementos filtrantes dos filtros de carvão ativado;

7.1.2.17. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, do elemento filtrante descartável do filtro de retenção de partículas;

7.1.2.18. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos com periodicidade determinada pelo fabricante e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, das membranas de osmose reversa;

7.1.2.19. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, do filtro de ar bacteriológico do reservatório de água tratada para hemodiálise;

7.1.2.20. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, das lâmpadas UV 254 Nm dos esterilizadores ultravioletas;

7.1.2.21. Fornecimento e substituição, com **periodicidade determinada pelo fabricante** e pelo plano de manutenção periódica dos equipamentos, do sistema de ozônio;

7.1.2.22. Fornecimento e reposição, com **periodicidade mínima mensal ou sempre que necessário**, de quantidade adequada de sal grosso sem iodo para uso no tanque de salmoura do sistema de regeneração do filtro abrandador;

7.1.2.23. Fornecimento e reposição, com **periodicidade mínima mensal ou sempre que necessário**, dos produtos químicos utilizados nos procedimentos de desinfecção;

7.1.2.24. Fornecimento, no **início da vigência do contrato**, de um aparelho colorímetro para medição de cloro livre com indicação de concentração em mg/L (ppm) na faixa de 0,00 a 2,50 mg/L;

7.1.2.25. Fornecimento, com periodicidade **anual**, de 100 reagentes para medição do cloro livre, compatíveis com o aparelho colorímetro para medição de cloro livre fornecido;

7.1.2.26. Fornecimento, com **periodicidade anual**, de até 500 fitas reagentes para análise de água com medição de no mínimo os parâmetros de pH, da alcalinidade total e do cloro livre;

7.1.2.27. Reparo, com **periodicidade sempre que necessário**, das motobombas que compõem o sistema;

7.1.2.28. Encaminhar com **periodicidade mensal ou sempre que necessário** relatório contendo o registro de todas as atividades contendo registros fotográficos desenvolvidas no período, assinado pelo executor e pelo responsável técnico pelo serviço junto as autoridades competentes (Vigilância Sanitária Estadual e Conselho de Classe), registrando as inspeções realizadas, as intercorrências verificadas, os diagnósticos realizados e ou serviços executados;

7.1.2.29. Responder tecnicamente, dentro dos prazos estabelecido, para o HU-UFSCar e para a Vigilância Sanitária, por meio de ofício, aos questionamentos e às notificações referentes ao serviço de manutenção preventiva e corretiva realizados;

## 7.2. **Recebimento e Aceitação do Objeto**

7.2.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo:

7.2.1.1. No prazo de até 5(cinco) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

7.2.2. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico após a execução do serviço e entrega do relatório técnico/fotográfico do mesmo.

7.2.2.1. A CONTRATANTE realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

7.2.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, e responderá por danos causados diretamente a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório, por força do art. 156 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RCLE 2.0).

7.2.4. No prazo de até 10(dez) dias corridos a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do objeto;

7.2.5. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do objeto, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do objeto para recebimento definitivo.

7.2.6. No prazo de até 10 (dez) dias corridos a partir do recebimento provisório dos serviços, o Gestor deverá providenciar o recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecendo as seguintes diretrizes:

7.2.6.1. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.2.6.2. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentada;

7.2.6.3. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura.

7.2.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato ou instrumento equivalente e por força das disposições legais em vigor;

7.2.8. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

### 7.3. **Controle e Fiscalização da Execução**

7.3.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consiste na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que será exercido por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados na forma dos art. 161 a art. 167 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0).

7.3.2. Após a Ordem de Serviço, o HU-UFSCAR promoverá reunião inicial com a Contratada a fim de esclarecer dúvidas e conhecer os instrumentos a serem utilizados na execução.

7.3.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato e/ou instrumento equivalente.

7.3.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

7.3.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.

7.3.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente.

7.3.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão da Execução do Objeto.

7.3.8. A execução do objeto da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pela Contratante com o objetivo de garantir a observância dos direitos e o cumprimento das obrigações pactuadas, bem como a obediência à legislação pertinente.

7.3.9. A fiscalização técnica avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

7.3.9.1. não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.9.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3.10. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.3.11. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

7.3.12. O fiscal técnico deverá apresentar a Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.13. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

7.3.14. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

7.3.15. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

7.3.16. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de

2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

7.3.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Pagamento

8.1.1. O pagamento será realizado mensalmente pela Contratante à Contratada, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

8.1.2. O valor do pagamento do serviço executado devido à Contratada será apurado mensalmente conforme especificado neste Termo de Referência, observando-se os resultados apurados pelo IMR ou instrumento equivalente.

8.1.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência.

8.1.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

8.1.5. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.1.5.1. data de emissão;

8.1.5.2. dados da Contratada, da Contratante e do objeto de prestação de serviço firmado;

8.1.5.3. descrição dos serviços contratados;

8.1.5.4. período de execução dos serviços;

8.1.5.5. valor dos serviços executados;

8.1.5.6. valores das contribuições e dos tributos devidos e eventuais destaques relacionados aos seus recolhimentos.

8.1.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

8.1.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso constate que a Contratada não cumpriu as disposições estabelecidas neste Termo de Referência durante a execução dos serviços.

8.1.8. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor ou empregado público da ativa da Contratante, bem como nas hipóteses de vedação descritas na Lei de Diretrizes Orçamentária vigente.

8.1.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho 1991, nos termos da item 6 do Anexo XI da IN SEGES nº 5, de 2017.

8.1.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Contratante realizará consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público e a EBSEH, bem como ocorrências impeditivas indiretas, consideradas as disposições dos artigos 29 a 31 da INSEGES nº 3, de 26 de abril de 2018, observadas as seguintes condições:

8.1.10.1. constatando-se situação de irregularidade, a Contratada será notificada, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa, podendo este prazo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério da Contratante;

8.1.10.2. não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante comunicará aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

8.1.10.3. persistindo a irregularidade, a Contratante adotará as medidas necessárias à rescisão do contrato em execução, assegurada à Contratada a ampla defesa;

8.1.10.4. havendo a efetiva prestação dos serviços, os pagamentos serão realizados normalmente até que se decida pela rescisão contratual, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF;

8.1.10.5. será rescindido o contrato em execução com a Contratada, salvo motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

8.1.11. No caso de atraso pela Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do IPCA/IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo de correção monetária. Para a realização do cálculo do IPCA pode ser utilizada a Calculadora do Cidadão do Banco Central (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores>).

### 8.2. Índice de Medição de Resultados - IMR

8.2.1. O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é uma disposição, pactuada entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, que define critérios objetivos de mensuração de resultados, preferencialmente pela utilização de ferramenta informatizada, que possibilite à Administração verificar se os resultados contratados foram realizados nas quantidades e qualidades exigidas, e adequar o pagamento aos resultados efetivamente obtidos.

8.2.2. Seguindo as orientações da Instrução Normativa Nº 05, de 26 de Maio de 2017, emitida pelo MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os Indicadores definidos para adoção do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) do objeto deste Termo de Referência foram elaborados com base em critérios objetivos de mensuração de resultados, a serem aferidos por meio dos relatórios mensais fornecidos pela CONTRATADA.

8.2.3. A forma de aferição/medição do serviço prestado utilizará o seguinte Instrumento de Medição de Resultados - IMR:

01	<b>Atraso no atendimento do telefone fornecido pela CONTRATADA para os contatos e registro das ocorrências</b> <b>Índice de Ocorrências com Atraso no Atendimento Telefônico (IOAT)</b>
Item	Descrição
Termo de Referência - SEI 57803593 SEI 23763.002542/2025-57 / pg. 6	

Finalidade	Monitorar o desempenho da CONTRATADA no atendimento do telefone destinado aos contatos e registro das ocorrências, verificando a proporção de atendimentos que ultrapassam <b>10 minutos de espera</b> .														
Unidade de medida	%														
Meta a cumprir	0% de atendimentos com atraso superior a 10 minutos														
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências														
Forma de Acompanhamento	Planilha de controle de ocorrências														
Periodicidade	Mensal														
Cálculo	<div>IMR = (Número de atendimentos com atraso &gt; 10 min / Total de chamadas recebidas) × 100</div> <div><ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Atendimentos com atraso &gt; 10 min:</b> quantidade de ligações que ultrapassaram 10 minutos de espera até serem atendidas.</li><li>• <b>Total de chamadas recebidas:</b> todas as chamadas válidas recebidas dentro do período de medição.</li></ul></div>														
Início da Vigência	Após assinatura do Contrato														
Faixas de Ajuste no pagamento	<table><tr><th>Faixa de IMR(%)</th><th>Classificação</th><th>Penalidade / Ação Corretiva</th></tr><tr><td>0 %</td><td>Excelente</td><td>Sem penalidade; resultado considerado satisfatório</td></tr><tr><td>0,01% a 2%</td><td>Aceitável</td><td>Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%</td></tr><tr><td>&gt; 2%:</td><td>Insatisfatório</td><td>Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%</td></tr></table>			Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva	0 %	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório	0,01% a 2%	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%	> 2%:	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%
Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva													
0 %	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório													
0,01% a 2%	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%													
> 2%:	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%													
Sanções	Além do desconto previsto na faixa de ajuste, estará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no Termo de Referência e/ou Contrato.														
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Chamadas abandonadas após longa espera podem ser computadas como atraso &gt; 10 min, conforme regra contratual.</li><li>• Chamadas fora do horário estabelecido de atendimento não entram no cálculo.</li></ul>														

02	<b>Tempo de resposta presencial acima de 02 horas (por ocorrência)</b> <b>Índice de Ocorrências com Atraso no Atendimento Presencial (IOAAP)</b>
Item	Descrição
Finalidade	Monitorar a eficiência da CONTRATADA no atendimento presencial às ocorrências, avaliando quantas delas ultrapassam o prazo máximo de <b>2 horas</b> para deslocamento e início do atendimento.
Unidade de medida	Percentual (%)
Meta a cumprir	0% de ocorrências atendidas após 2 horas
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências
Termo de Referência - SEI 57803593 — SEI 23763.002542/2025-57 / pg. 7	

Forma de Acompanhamento	Planilha de controle de ocorrências														
Periodicidade	Mensal														
Cálculo	<div>IMR = (Número de ocorrências atendidas após 2h / Total de ocorrências registradas) × 100</div> <ul style="list-style-type: none"><li><b>Ocorrências atendidas após 2h:</b> quantidade de chamados cujo tempo entre registro e chegada da equipe presencial foi superior a 2 horas.</li><li><b>Total de ocorrências registradas:</b> todas as ocorrências válidas recebidas no período de medição.</li></ul>														
Início da Vigência	Após assinatura do Contrato														
Faixas de Ajuste no pagamento	<table><tr><th>Faixa de IMR(%)</th><th>Classificação</th><th>Penalidade / Ação Corretiva</th></tr><tr><td>≥ 0%</td><td>Excelente</td><td>Sem penalidade; resultado considerado satisfatório</td></tr><tr><td>até 5%</td><td>Aceitável</td><td>Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%</td></tr><tr><td>&gt; 5%</td><td>Insatisfatório</td><td>Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%</td></tr></table>			Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva	≥ 0%	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório	até 5%	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%	> 5%	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%
Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva													
≥ 0%	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório													
até 5%	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%													
> 5%	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%													
Sanções	Além do desconto previsto na faixa de ajuste, estará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no Termo de Referência e/ou Contrato.														
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>Ocorrências com impedimentos de acesso por responsabilidade do contratante podem ser desconsideradas mediante comprovação.</li></ul>														

03	<b>Sistema inoperante (por hora)</b> <b>Índice de Indisponibilidade do Sistema (IIS)</b>		
Item	Descrição		
Finalidade	Mensurar a indisponibilidade do sistema fornecido/operado pela CONTRATADA, avaliando o total de horas em que o sistema permaneceu inoperante dentro do período de medição, impactando o serviço e a operação contratada.		
Unidade de medida	Percentual (%)		
Meta a cumprir	≥ 99% de disponibilidade mensal		
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências		
Forma de Acompanhamento	Planilha de controle de ocorrências		
Periodicidade	Mensal		
Cálculo	<div>IMR = (Horas de sistema inoperante / Horas totais do período) × 100</div> <div><ul style="list-style-type: none"><li><b>Horas de sistema inoperante:</b> total de horas (ou frações de hora) em que o sistema permaneceu sem funcionamento, sem acesso, ou com falha impeditiva.</li><li><b>Horas totais do período:</b> total de horas válidas para operação no ciclo de medição (ex.: 720h em um mês de 30 dias ou conforme janela contratual).</li></ul></div>		



Início da Vigência	Após assinatura do Contrato														
Faixas de Ajuste no pagamento	<table><tr><th>Faixa de IMR(%)</th><th>Classificação</th><th>Penalidade / Ação Corretiva</th></tr><tr><td>&gt; 99%</td><td>Excelente</td><td>Sem penalidade; resultado considerado satisfatório</td></tr><tr><td>Entre 95% e 99%</td><td>Aceitável</td><td>Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%</td></tr><tr><td>&lt; 95%</td><td>Insatisfatório</td><td>Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%</td></tr></table>			Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva	> 99%	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório	Entre 95% e 99%	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%	< 95%	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%
Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva													
> 99%	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório													
Entre 95% e 99%	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%													
< 95%	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%													
Sanções	Além do desconto previsto na faixa de ajuste, estará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no Termo de Referência e/ou Contrato.														
Observações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Deve haver distinção entre <b>indisponibilidade total</b> (sistema completamente inoperante) e <b>indisponibilidade parcial</b> (apenas funcionalidades críticas fora); o contrato pode definir qual conta para o indicador.</li><li>• Janelas de manutenção previamente autorizadas <b>não</b> devem ser contabilizadas.</li><li>• Indisponibilidade decorrente de falhas externas (ex.: queda de energia do CONTRATANTE) pode ser excluída mediante comprovação.</li></ul>														

04	<b>Atraso no envio dos relatórios (por dia)</b> <b>Índice de Atraso no Envio de Relatórios (IAER)</b>
Item	Descrição
Finalidade	Monitorar o cumprimento dos prazos de entrega dos relatórios obrigatórios pela CONTRATADA, avaliando a proporção de relatórios enviados com atraso (contado em dias) em relação ao total de relatórios exigidos no período.
Unidade de medida	Percentual (%)
Meta a cumprir	0 dias de atraso
Instrumento de medição	Planilha de controle de ocorrências
Forma de Acompanhamento	Planilha de controle de ocorrências
Periodicidade	Mensal
Cálculo	$IMR = (Total\ de\ dias\ de\ atraso\ acumulados / Total\ de\ relatórios\ previstos) \times 100$ <ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Total de dias de atraso acumulados:</b> soma dos dias de atraso de todos os relatórios entregues após o prazo.</li><li>• <b>Total de relatórios previstos:</b> quantidade de relatórios obrigatórios dentro do período de medição.</li></ul>
Início da Vigência	De acordo com o calendário de atividades

	<table><tr><th>Faixa de IMR(%)</th><th>Classificação</th><th>Penalidade / Ação Corretiva</th></tr><tr><td>0 %</td><td>Excelente</td><td>Sem penalidade; resultado considerado satisfatório</td></tr></table>	Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva	0 %	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório
Faixa de IMR(%)	Classificação	Penalidade / Ação Corretiva					
0 %	Excelente	Sem penalidade; resultado considerado satisfatório					

Faixas de Ajuste no pagamento	até 2 %	Aceitável	Aviso formal e plano de melhoria a ser apresentado em 15 dias e glosa de 1%
	> 2 %	Insatisfatório	Aplicação de multa contratual proporcional ao descumprimento; plano de melhoria obrigatório com prazo máximo de 30 dias e glosa de 2%
Sanções	De acordo com o previsto		
Observações	<ul style="list-style-type: none"> <li>Relatórios enviados incompletos ou com inconsistências podem ser considerados atrasados, conforme regra contratual.</li> <li>Atrasos justificados previamente e aceitos pelo CONTRATANTE podem ser excluídos do cálculo.</li> </ul>		

Indicador	Mês	Numerador	Denominador	Resultado	Meta	Glosa(%)
1						
2						
3						
4						
SOMATÓRIA		-----	-----	-----	-----	

Tabela 1. Valor Mensal das Glosas

8.2.4. Os indicadores de desempenho do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) do objeto deste Termo de Referência poderão, a qualquer tempo e em comum acordo entre as partes, ser ajustados, ampliados e/ou reduzidos, desde que estas alterações sejam devidamente formalizadas através de Termo Aditivo de contrato.

8.2.4.1. Medição:

- 8.2.4.1.1. No Modelo de Instrumento de Medição de Resultado (IMR), o Valor do Serviço é estabelecido quando da contratação, com base no Valor Mensal do Serviço da proposta da CONTRATADA, porém o “VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO” é calculado com base nos resultados alcançados pela CONTRATADA na prestação do serviço. Portanto, os valores apresentados na proposta comercial, corresponderão aos valores máximos a serem faturados na hipótese da CONTRATADA atingir as metas de todos os indicadores pactuados no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).
- 8.2.4.1.2. A frequência de aferição do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) será mensal, devendo a CONTRATADA emitir relatório sintético dos indicadores supracitados, apresentando-o à CONTRATANTE até o 10º (décimo) dia do mês subsequente ao da prestação do serviço.

8.2.5. O quadro abaixo apresenta o Método de Cálculo da Parcela do “VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO” pela CONTRATADA, utilizando os Indicadores de Desempenho do Instrumento de Medição de Resultado (IMR) do objeto deste Termo de Referência. Onde “VMS” é o “VALOR MENSAL DO SERVIÇO” conforme apresentado na proposta da CONTRATADA, e “VR” é o “VALOR DE REDUÇÃO”, a ser aplicado no período, incidente sobre o “VALOR MENSAL DO SERVIÇO”:

DEFINIÇÕES	VALOR DESCRIMINADO
VALOR MENSAL DO SERVIÇO(VMS)	R\$
SOMATÓRIA GLOSAS(%) - Tabela 1	%
VALOR DE REDUÇÃO (VR)	R\$
VALOR MENSAL DO SERVIÇO A SER FATURADO	R\$

Tabela 2. Valor Mensal a ser Faturado

- 8.2.6. Não haverá a incidência de bônus ou pagamentos adicionais para os casos em que a CONTRATADA superar as metas previstas, ou caso seja necessária a alocação de maior número de profissionais para o alcance das metas. E a superação de uma das metas não poderá ser utilizada para compensar o não atendimento de outras metas no mesmo período, bem como o não atendimento da mesma meta em outro período.
- 8.2.7. O IMR poderá ser revisto, durante a vigência contratual, para ajuste fino, desde que essa alteração:
- a) não implique acréscimo ou redução do valor contratual além dos limites de 25% (vinte e cinco por cento), permitidos pelo art.

**9. FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**

9.1. A forma de seleção do fornecedor se dará por meio de processo licitatório na modalidade Pregão **TRADICIONAL**, em sua forma Eletrônica, de acordo com o inciso IV, art. 4º do RLCE 2.0.

**10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR****10.1. Critério de Julgamento**

10.1.1. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, observadas as exigências contidas neste Termo de Referência, no instrumento convocatório e seus anexos quanto às especificações do objeto.

**10.2. Intervalo entre Lances**

10.2.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 0,50% (cinquenta centésimos por cento).

**10.3. Modo de Disputa**

10.3.1. Para este certame será adotado o modo de disputa **ABERTO**, observadas as especificações contidas no instrumento convocatório.

**10.4. Condições de Participação**

10.4.1. A título de condições de participação, será verificada a inexistência no quadro de administração da Contratada de pessoas com influência ou envolvidas em decisão de interesse exclusivo da EBSEH, em observância ao artigo 15, parágrafo único, da Política de Transações com partes relacionadas da empresa, a fim de afastar interesses secundários, ao qual será verificado por meio do link <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/governanca/governanca-corporativa/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>.

10.4.2. A Contratada deverá apresentar declaração de que não se enquadra nas hipóteses previstas no art. 69 do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh (RLCE 2.0) de impedimento de licitar e de ser contratada pela Ebserh e do art. 18, XI, da Lei nº 14.791/2023.

**10.5. Habilitação jurídica, Fiscal, Trabalhista e Econômica**

10.5.1. As exigências de habilitação jurídica, de regularidade fiscal, trabalhista e econômica são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

**10.6. Habilitação Técnica****10.6.1. Capacidade Técnico - Operacional**

10.6.1.1. A licitante deve apresentar atestados ou declarações apresentados pela empresa que comprovem aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em **características, quantidades e prazos** com o objeto de que trata o processo de licitação;

10.6.1.2. Para verificação de capacidade técnica, a apresentação do atestado deverá ser referente à execução de 50% do objeto, o que equivale a 6(seis) serviços de manutenção, limpeza e desinfecção química do STDAH, de forma a proceder em consonância com o disposto no Acórdão 2696/2019: Primeira Câmara do relator: Bruno Dantas;

10.6.1.3. Os atestados de capacidade técnica-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

10.6.1.4. A comprovação de aptidão do desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto da licitação deverá ser sobre os serviços de manutenção preventiva e corretiva, equipamentos e produtos químicos necessários para a realização dos procedimentos de desinfecção e regeneração química; e mão de obra, do Sistema de Tratamento e Distribuição de Água para Hemodiálise (STDAH), através da apresentação de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado (original ou cópia). Essa exigência é devida à elevada complexidade técnica do objeto, à sua essencialidade para a segurança do tratamento dialítico, ao elevado risco sanitário envolvido e à necessidade de observância rigorosa às normas técnicas e regulatórias aplicáveis, notadamente a Resolução RDC nº 11/2014 e demais normativos vigentes, tratando-se, portanto, das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da contratação, cuja execução inadequada pode comprometer a qualidade da água utilizada na hemodiálise, a segurança dos pacientes e a continuidade do serviço assistencial.

10.6.1.5. A comprovação de que já executou objeto compatível será mediante a comprovação de **experiência mínima de 12 (doze) meses** na execução do objeto da contratação, sucessivos ou não, podendo ser aceito o somatório de atestados;

10.6.1.6. Será aceito o somatório de atestados que comprovem que a empresa prestou serviços de objeto compatível em características ao objeto desta contratação;

10.6.1.7. Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

10.6.1.8. Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação;

10.6.1.9. A empresa disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, podendo ser exigida, nos casos de dúvida justificada por parte do agente de licitação, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

10.6.1.10. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

**10.6.2. Capacidade Técnico - Profissional**

10.6.2.1. Apresentação do(s) profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução do serviço objeto da licitação, por período não inferior a 12 (doze) meses.

10.6.2.2. O(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica supracitado devem ser acompanhado de Atestado de Capacidade Técnica, ou documento equivalente emitido pelo conselho profissional competente, que deve atender as seguintes características mínimas para serem aceitos e considerados para contagem do tempo de experiência:

- Expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua prestação, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;
- Data de início e término da prestação do(s) serviço(s);
- Local de execução;

- Informações gerais (Nome, CNPJ e Endereço) da(s) Contratante(s) e da Contratada;
- Nome do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) e Nº profissional(is);
- Descrição do(s) serviço(s) prestado(s);

10.6.2.3. A comprovação de vinculação do Responsável Técnico far-se-á por meio dos seguintes documentos:

- Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS) em que conste a licitante como contratante;
- Contrato social da licitante em que conste o profissional como sócio;
- Contrato de trabalho devidamente registrado no CREA/CFT da região competente, em que conste o profissional como Responsável Técnico; ou
- Declaração de contratação futura do profissional, desde que acompanhada de declaração de anuência do profissional.

10.6.2.4. Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar da execução do objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

## 10.7. **Propostas de Preços e Decomposição Objetiva dos Custos**

10.7.1. Durante o processo de licitação, a Contratada deverá enviar sua proposta com as seguintes informações:

- 10.7.1.1. Descrição Detalhada do item;
- 10.7.1.2. Identificação do CATSER;
- 10.7.1.3. Unidade de Medida;
- 10.7.1.4. Quantidade Ofertada;
- 10.7.1.5. Preço Mensal dos Serviços;
- 10.7.1.6. Preço Total dos Serviços.

10.7.2. Para cada item, a quantidade ofertada deverá ser igual ao quantitativo apresentado no quadro do item 3.1.

10.7.3. Após a fase de lances, a empresa deverá encaminhar, no prazo fixado em edital, a contar da convocação do agente de licitação, no sistema Comprasnet:

10.7.3.1. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados;

10.7.4. Deverá constar na proposta os dados bancários da empresa como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.

10.7.5. O CNPJ indicado nos documentos e na proposta de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente fornecerá o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.

10.7.6. Conforme o art. 56 da Lei 13.303 de 2016 serão desclassificadas as propostas que:

- 10.7.6.1. Contenham vícios insanáveis;
- 10.7.6.2. Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- 10.7.6.3. Tenham valor global superior ao limite estabelecido pela administração ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.
- 10.7.6.4. É indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Ebserh.
- 10.7.6.5. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do Agente de Licitação, que comprove:
  - 10.7.6.5.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 10.7.6.5.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 10.7.6.6. Média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração ou;
- 10.7.6.7. Valor orçado pela Administração.

10.7.7. **Justificativa de Ausência de Planilha de Custos e Formação de Preços:** No presente caso, dispensa-se a elaboração de decomposição objetiva de preços, pois visualizou-se que não é uma prática adotada no mercado. Quando da precificação do valor referencial, encaminhou-se modelo de proposta a empresa que detivesse a decomposição do lucro, custos indiretos e tributos. Porém, as empresas retornavam que não encaminhariam as cotações de preços com estas exigências. Assim, a equipe de planejamento entendeu que o mercado de extintores não comporta referida exigência.

## 11. **INDICAÇÃO DO SIGILO DO ORÇAMENTO OU A ESTIMATIVA DETALHADA DOS PREÇOS REFERENCIAIS**

11.1. A estimativa de preços para a contratação foi acostada aos autos do Processo-SEI 23763.005900/2025-83 e será mantida em sigilo, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas pelos licitantes nos termos do Art. 34 da Lei 13.303, de 30 de junho de 2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSEH.

## 12. **DEFINIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

### 12.1. **Das Obrigações da Contratante**

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

12.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

12.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

- 12.1.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- 12.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da CONTRATADA, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 12.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 12.1.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 12.1.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar na empresa CONTRATADA;
- 12.1.6.3. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 12.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto em execução;
- 12.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 12.1.9. Cientificar a Equipe de Fiscalização do Contrato (EFC) para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.
- 12.1.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 12.1.11. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações, inclusive de restabelecimento do reequilíbrio econômico-financeiro, e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- 12.1.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado;
- 12.1.13. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

## 12.2. **Das Obrigações da Contratada**

- 12.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar produtos químicos necessários para a realização dos procedimentos de desinfecção e regeneração química, ferramentas, peças, equipamentos e demais utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 12.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 12.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078/ 1990), bem como por todo e qualquer dano causado a terceiros ou à Ebserh, independentemente da comprovação de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Contratante, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 12.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 12.2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão CONTRATANTE, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 12.2.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- 12.2.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
- 12.2.8. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 12.2.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 12.2.10. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 12.2.11. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 12.2.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na dispensa de licitação;
- 12.2.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 12.2.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE;
- 12.2.15. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 12.2.16. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:
- 12.2.17. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à CONTRATANTE distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;
- 12.2.18. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da CONTRATANTE, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;
- 12.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo

complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da dispensa licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 171 do RLCE 2.0.

12.2.20. Acatar e atender às legislações/normas de segurança do trabalho, Normas Regulamentadoras (NRs), aprovadas pela Portaria nº. 3.214, de 08/06/1978 e Lei nº. 6.514, de 22/09/1977 de segurança e medicina do trabalho, no que couber.

12.2.21. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.2.22. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

12.2.23. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

12.2.24. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante;

12.2.25. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade;

12.2.26. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação;

12.2.27. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável;

12.2.28. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações;

12.2.29. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.);

12.2.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do Contratante;

12.2.31. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n.º 5.975, de 2006, de:

- a) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- b) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;
- c) florestas plantadas; e
- d) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

12.2.32. Comprovar a procedência legal dos produtos ou subprodutos florestais utilizados em cada etapa da execução contratual, nos termos do artigo 4º, inciso IX, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, por ocasião da respectiva medição, mediante a apresentação dos seguintes documentos, conforme o caso:

- a) Cópias autenticadas das notas fiscais de aquisição dos produtos ou subprodutos florestais;
- b) Cópia dos Comprovantes de Registro do fornecedor e do transportador dos produtos ou subprodutos florestais junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais - CTF, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, acompanhados dos respectivos Certificados de Regularidade válidos, conforme artigo 17, inciso II, da Lei n.º 6.938, de 1981, e legislação correlata;
- c) Documento de Origem Florestal - DOF, instituído pela Portaria n.º 253, de 18/08/2006, do Ministério do Meio Ambiente, e Instrução Normativa IBAMA n.º 21, de 24/12/2014, quando se tratar de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa cujo transporte e armazenamento exijam a emissão de tal licença obrigatória;

12.2.33. Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, o Contratado deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, a fim de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual;

12.2.34. Observar as seguintes diretrizes de caráter ambiental:

12.2.34.1. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte.

12.2.34.2. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152 - Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata.

12.2.35. Nos termos do artigo 4º, § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual, agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes.

12.2.36. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

12.2.37. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- (i) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- (ii) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- (iii) certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e (iv) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

12.2.38. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.2.39. Guardar por si, por seus empregados ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que, por qualquer forma ou modo, venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, ficando, portanto, por força da lei,

civil e penal, responsável por sua indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa;

12.2.40. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

12.2.41. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.2.42. Submeter previamente, por escrito, à CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

12.2.43. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

12.2.44. Não submeter, quando for o caso, os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

12.2.45. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

12.2.46. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto n.º 6.481/2008;

12.2.47. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;

12.2.48. Não incorrer, durante a execução contratual, em nenhuma das hipóteses de impedimento previstas no art. 69 do RLCE 2.0;

12.2.49. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

12.2.50. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

12.2.51. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.2.52. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

12.2.53. Garantir o acesso da CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

12.2.54. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

12.2.55. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.2.56. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional;

12.2.57. Apresentar à CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço;

12.2.58. Apresentar os empregados, quando for o caso, devidamente identificados por meio de crachá;

12.2.59. Manter os empregados nos horários predeterminados pela CONTRATANTE;

12.2.60. Atender às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto;

12.2.61. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução n.º 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4º, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SLTI/MP n.º 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

12.2.61.1. O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;

12.2.61.2. Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA n.º 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

12.2.61.2.1. resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados, ou encaminhados a aterros de resíduos classe A de reservação de material para usos futuros;

12.2.61.2.2. resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;

12.2.61.2.3. resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;

12.2.61.2.4. resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados, reutilizados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.

12.2.61.3. Em nenhuma hipótese a Contratada poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora", encostas, corpos d'água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas;

12.2.61.4. Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Programa Municipal de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, ou do Projeto de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, Parecer - SEI 15 (57633671) SEI 23763.002542/2025-57 / pg. 4 conforme o caso, a contratada comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR ns. 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.

12.2.61.5. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA n.º 382, de 26/12/2006, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

12.2.61.6. Na execução contratual, conforme o caso, a emissão de ruídos não poderá ultrapassar os níveis considerados aceitáveis pela Norma NBR-10.151 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou aqueles estabelecidos na NBR-10.152- Níveis de Ruído para conforto acústico, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, nos termos da Resolução CONAMA n.º 01, de 08/03/90, e legislação correlata;

12.2.62. Nos termos do artigo 4º § 3º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 1, de 19/01/2010, deverão ser utilizados, na execução contratual,

agregados reciclados, sempre que existir a oferta de tais materiais, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais, inserindo-se na planilha de formação de preços os custos correspondentes;

12.2.63. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone, etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação, etc.).

### 13. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

13.1.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

13.1.2. Multa de:

13.1.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

13.1.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

13.1.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

13.1.2.4. 1% a 5% sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo;

13.1.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

13.1.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

13.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

13.2. As sanções previstas nos subitens 13.1.1 e 13.1.3 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.3. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

**Tabela 1**

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1% sobre o valor mensal do contrato
2	1% sobre o valor mensal do contrato
3	1% sobre o valor mensal do contrato
4	1% sobre o valor mensal do contrato
5	1% sobre o valor mensal do contrato

**Tabela 2**

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia;	04
3	Não enviar os documentos exigidos para fiscalização técnica no prazo estipulado pelo gestor e/ou fiscal do contrato	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
Para os itens a seguir, <b>deixar de:</b>		
5	Deixar de realizar manutenção periódica, no prazo e na forma estipulada no Termo de Referência; por tipo de manutenção não feita ou feito em desconformidade e por ocorrência;	05



6	Cumprir legislação ou determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	03
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	01
9	Utilizar EPI'S e EPC'S, conforme legislação determina.	03
10	Zelar pelas instalações do HU-UFSCAR/EBSERH, onde será prestado os serviços;	05
11	Refazer os serviços quando constatadas irregularidades na prestação de serviços	05
12	Apresentar o Relatório dos serviços feitos	05
13	Deixar de realizar o fornecimento, reposição e substituição, no prazo e na forma determinada no Termo de Referência, por ocorrência	05
14	Deixar de realizar o reparo, na forma e na periodicidade determinada no Termo de Referência, por ocorrência	05

13.4. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- 13.4.1. tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2. tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3. demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- 13.4.4. convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- 13.4.5. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- 13.4.6. apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- 13.4.7. ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- 13.4.8. não mantiver a proposta;
- 13.4.9. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.4.10. comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0 e, subsidiariamente, na Lei nº 9.784/1999, não podendo o prazo concedido para apresentação de defesa prévia ser inferior a 10 (dez) dias úteis.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Ebserh, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão cobrados judicialmente.

13.7. Caso a contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Ebserh, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. Após o trânsito em julgado do processo, as sanções administrativas aplicadas pela Ebserh deverão ser registradas e publicadas no Sicaf. Quando a sanção aplicada decorrer de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR, os dados relativos à penalidade deverão ser incluídos no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, de que trata a Lei nº 12.846/2013.

#### 14. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)

14.1. Será exigida a prestação de garantia pela CONTRATADA, no percentual de 5% (cinco por cento) sobre o valor anual do contrato, devendo ser renovada a cada 12 (doze) meses, podendo optar por caução em dinheiro, seguro garantia ou fiança bancária, a ser comprovada no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data da celebração do contrato, prorrogados por igual período a critério do HU-UFSCAR/EBSERH.

14.2. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do orçamento estimado, equivalente à diferença entre esse último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigidas, nos termos do art. 144, § 6º do RLCE 2.0;

14.3. Sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, caso a CONTRATADA não apresente a comprovação da prestação da garantia no prazo fixado, o HU-UFSCar/EBSERH fica autorizado a promover a retenção dos pagamentos, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor mensal devido, para fins de atingir o valor total da garantia. As parcelas retidas serão depositadas junto à Caixa Econômica Federal, com correção monetária, em favor do HU-UFSCar/EBSERH;

14.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);

14.5. Os atrasos e inexecução dos contratos autorizam a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, obedecendo a Lei 13.303/2016.

14.6. Somente será aceita a prestação de garantia que cubra, no mínimo, os seguintes riscos ou prejuízos decorrentes da execução do contrato:

14.6.1. Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.6.2. Prejuízos causados à CONTRATANTE ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.6.3. As multas moratórias e compensatórias aplicadas à CONTRATADA;

14.6.4. Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, inclusive FGTS não honradas pela CONTRATADA.

14.7. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do HU-UFSCar/EBSERH;

14.8. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro garantia, deverá ter validade durante toda a vigência do contrato, e ainda por mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

14.9. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil;

14.10. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser readequada ou renovada nas mesmas condições;

14.11. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pelo HU-UFSCar/EBSERH, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da CONTRATADA, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada;

14.12. O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;

14.13. A CONTRATANTE não executará a garantia nas seguintes hipóteses:

14.13.1. Caso fortuito ou força maior;

14.13.2. Alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

14.13.3. Descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos da Administração;

14.13.4. Prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração;

14.14. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

14.15. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

14.16. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

14.17. Será considerada extinta a garantia:

14.17.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

14.17.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

14.18. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no neste Edital e no Contrato.

14.19. A garantia da contratação somente será liberada após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfação de prejuízos causados à Contratante ou terceiros, bem como ante a comprovação do pagamento pela Contratada.

## **15. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**

15.1. Não se exigirá garantia contratual para além da legal.

## **16. CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES**

16.1. Os preços são fixos e irrealizáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

16.2. Após o interregno de um ano, os preços iniciais podem ser reajustados, mediante a aplicação, pela Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

16.3. Deverá haver consulta formal à Contratada quanto a possível renúncia ao direito ao reajuste a cada anualidade ou redução do percentual aplicável.

16.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

16.5. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

16.6. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

16.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

16.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado,

em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

16.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

16.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

17.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

UG/GESTÃO: 155900/26443

Programa de Trabalho: 10.302.5118.8585.0035 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade/SP

Natureza da Despesa Detalhada: 33.90.39-17

Plano Interno: OIM60000000

Fonte De Recursos Detalhada: 1002A003NR

17.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 18. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIO

### 18.1. Da Subcontratação

18.1.1. Não será admitida a subcontratação desta licitação. A vedação da subcontratação visa assegurar maior controle, confiabilidade, rastreabilidade e responsabilização, garantindo que todas as atividades sejam realizadas por equipe própria da Contratada, devidamente habilitada e sob supervisão técnica única, em consonância com o interesse público e com a criticidade do serviço prestado.

### 18.2. Do Consórcio

18.2.1. Não será admitida a participação de consórcios.

18.2.2. A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.

18.2.3. A participação de consórcios é recomendável quando o objeto considerado for “de alta complexidade ou vulto”, o que não seria o caso do objeto sob exame.

18.2.4. Não há nada que justifique a participação de empresas em consórcios no objeto em apreço. Ele não se reveste de alta complexidade, tampouco é serviço de grande vulto econômico, ou seja, o edital não traz em seu termo de referência nenhuma característica própria que justificasse a admissão de empresas em consórcio.

18.2.5. A admissão de consórcio em objeto de baixa complexidade e de pequeno valor econômico atenta contra o princípio da competitividade, pois permitiria, com o aval da Administração Pública, a união de concorrentes que poderiam muito bem disputar entre si, violando, por via transversa, o princípio da competitividade, atingindo ainda a vantagem buscada pela Administração.

## 19. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

19.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do Contrato.

## 20. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA

20.1. A contratação adotará práticas de sustentabilidade ambiental de acordo com o que determina a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

20.2. Nos termos do artigo 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, “as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas”.

20.3. De acordo com o artigo 6º da mesma Instrução Normativa, são alguns dos critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser exigidos na contratação de serviços:

Art. 6º Os editais para a contratação de serviços deverão prever que as empresas contratadas adotarão as seguintes práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber:

I - use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II - adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III - observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV - forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII - respeite as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII - preveja a destinação adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede que os órgãos ou entidades contratantes estabeleçam, nos editais e contratos, a exigência de observância de outras práticas de sustentabilidade ambiental, desde que justificadamente.”

20.4. No âmbito da Ebserh, seu Regulamento de Licitações e Contratos prevê que:

Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:

- I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- II - mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- III - utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- V - proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;
- VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- VII - vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.

Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.

- 20.5. Ademais, serão adotadas práticas de sustentabilidade ambiental, de acordo com o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e o Painel da Parte Específica do referido guia.
- 20.6. Por mais, para a presente contratação, ainda, vislumbra-se que há observância dos critérios de sustentabilidade social e econômica. A **social** se revela com a construção de uma sociedade com redução de desigualdades sociais e com igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais. No presente caso, esta contratação resguarda os direitos sociais dos usuários do SUS, tendo em vista reduzirá a necessidade de deslocamento de pacientes residentes em São Carlos para outras cidades a fim de realizar sessões de hemodiálise e assegurará cuidado integral e de elevada qualidade, com foco na segurança do paciente renal crônico. Resta, portanto, cristalino a proteção ao art. 6º da Constituição Federal de 1988, em especial, do direito a saúde.
- 20.7. Ainda, quanto a sustentabilidade **econômica**, observa-se que esta é adotada nesta contratação, pois observa-se uma gestão eficiente dos recursos econômicos os direcionando para um desenvolvimento intersetorial equilibrado.

21. **MATRIZ DE RISCOS**

21.1. A matriz de risco descrita abaixo define os riscos e responsabilidades entre as partes e caracteriza o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, de cada um dos riscos mapeados para fase de gestão do contrato, com alocação da responsabilidade para a contratante ou para a contratada.

Evento de Risco	Causa Provável	Impacto Potencial	Plano de Resposta	Responsável	Evidência
Interrupção da STDAH	Falha técnica não resolvida	Suspensão de sessões de hemodiálise	Atendimento emergencial 24h00	Contratada	Contrato e TR
Atraso na execução	Logística inadequada	Prolongamento de falhas	Cronograma com penalidades	Contratada	Ordem de serviço
Contaminação da água	Falha na desinfecção	Infeção hospitalar	Monitoramento contínuo e desinfecção periódica	Contratada	Relatórios técnicos
Infiltrações estruturais	Falta de manutenção preventiva	Danos ao sistema	Inspeções mensais	Contratante	Laudos de inspeção
Falta de peças	Equipamentos obsoletos	Tempo de inatividade	Estoque mínimo obrigatório	Contratada	Inventário de peças
Não conformidade com ANVISA	Desconhecimento técnico	Multas e interdição	Auditoria técnica	Contratante	RDC nº 50/2002; RDC nº 11/2014 e RDC nº 919, de 19 de setembro de 2024

22. **TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**

- 22.1. No tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida entre as partes, a CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem, conforme a Lei n.º 13.709/2018 (LGPD), ao seguinte:
- 22.1.1. adotar medidas para conformidade de suas operações ao cumprimento da legislação de proteção de dados pessoais e das orientações emanadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
  - 22.1.2. assegurar que o tratamento de dados pessoais será limitado ao mínimo necessário para o alcance da(s) finalidade(s) proposta(s);
  - 22.1.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizarem;
  - 22.1.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;

- 22.1.5. cooperar entre si no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares de dados pessoais previstos na legislação em vigor;
- 22.1.6. orientar seus colaboradores, contratados ou representante da empresa sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 22.1.7. comunicar à outra parte, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais a que tenha acesso, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no § 1º do art. 48 da LGPD.
- 22.2. Especificamente a CONTRATADA se compromete ao seguinte:
- 22.2.1. cientificar-se da Política de Proteção de Dados Pessoais da CONTRATANTE;
- 22.2.2. apresentar todos os dados e informações solicitados pela CONTRATANTE em relação ao tratamento de dados pessoais realizado em decorrência da relação estabelecida com a CONTRATANTE e/ou adotar as providências lícitas por ela indicadas;
- 22.2.3. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da CONTRATANTE e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 22.2.4. quando verificada qualquer das hipóteses de término do tratamento de dados pessoais previstas no art. 15 da LGPD, interromper o tratamento e eliminar completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), autorizada a conservação para as finalidades estabelecidas no art. 16 da LGPD.

## 23. DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. O presente Termo de Referência foi elaborado pela Equipe de Planejamento de Contratação, estando em consonância com as disposições legais e normas aplicáveis, com o interesse e a conveniência da Administração Pública, bem como integra o processo administrativo e tem os anexos abaixo como parte integrante:

- 23.1.1. ANEXO I - Memorial Descritivo STDAH (SEI nº 53366814)
- 23.1.2. ANEXO II e III - Declarações Vistoria (SEI nº 52043147).
- 23.1.3. Anexo IV - Modelo de Proposta (SEI nº 57912485)

(assinado eletronicamente)

**Ricardo Zucchi**  
Engenheiro Clínico  
DLIH/GAD/HU-UFSCar

(assinado eletronicamente)

**Hugo Tadeu Amaral**  
Médico  
UUE/DM/GAS/HU-UFSCar

(assinado eletronicamente)

**Ligia Simoes Ferreira**  
Enfermeira - Nefrologia  
DCDT/GAS/HU-UFSCar

1. De acordo.

3. Sendo assim, aprovo o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos, inclusive pela forma de seleção do fornecedor.

4. Encaminhe-se à Unidade de Compras e Licitações para continuidade da instrução processual.

(assinado eletronicamente)

Guilherme Martins Santana  
Gerente Substituto Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Zucchi, Chefe de Divisão**, em 10/02/2026, às 09:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Guilherme Martins Santana, Gerente, Substituto(a)**, em 10/02/2026, às 09:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ligia Simoes Ferreira, Enfermeiro(a)**, em 10/02/2026, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **57803593** e o código CRC **0A02830E**.

**Referência:** Processo nº 23763.002542/2025-57 SEI nº 57803593